

Áinda Ext

“Qualquer proposta deve passar por cortes em gastos do governo”

por Fernando Canzian
de São Paulo

“O ‘x’ do problema é a reorganização do setor público. Qualquer que seja a proposta para o pagamento da dívida externa brasileira, ela não será eficiente se o governo não aumentar seu nível de poupança”, afirmou, ontem, Adroaldo Moura da Silva, vice-presidente de operações internacionais do Banco do Brasil.

Moura da Silva, que participou, ontem, do penúltimo dia de trabalhos do VII Encontro Latino-Americano da Econometric Society, disse que o Brasil precisa conciliar maior flexibilização na negociação da dívida com uma automatização de financiamento do setor público. “Nem mesmo a proposta de conversão da dívida em investimentos de



Adroaldo Moura
da Silva

risco surtirá efeito se o governo não se autofinanciar.”

Segundo ele, 70% da dívida externa repousa no setor público e 30% nas mãos do setor privado, “que vem pagando os juros dos seus débitos”, mas que com a

suspensão dos pagamentos da dívida estão sendo retidos no Banco Central, “financiando parte do déficit público”.

De acordo com Moura da Silva, a conversão dos débitos do setor privado em investimentos de risco “criaria um buraco nas contas do governo”, cavado pelo fim do recebimento dos juros dessa dívida retidos no BC. Moura da Silva afirmou que US\$ 30 bilhões em depósitos de moedas estrangeiras estão atualmente retidos no Banco Central.

Para o aumento da poupança do setor público, Moura da Silva assinala que o governo teria de cortar ainda mais seus investimentos “que já estão no osso”, e reter mais imposto. Ele afirma que a carga tributária do País representa hoje 24% do PIB nacional, e

que o que fica efetivamente com o governo é apenas 10% líquido. “O restante está sendo desviado para os subsídios e pagamentos dos juros da dívida interna.”

Moura da Silva disse que o esforço brasileiro em gerar superávits na sua balança comercial para arcar com os compromissos da dívida tem um custo muito elevado. “E muito difícil combinar expansão das exportações com taxa de crescimento. A experiência vivida de 1982 a 1985 mostra isto.”

Afirmando que a moratória é um “equivoco”, Moura da Silva disse que “existe pouca luz sobre os caminhos que o País pode tomar para sair da dívida. E é arriscado escolher qualquer mecanismo sem que o governo ajuste e suporte suas contas”, finalizou.